

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/01/2023 | Edição: 6 | Seção: 3 | Página: 2
Órgão: Presidência da República/Advocacia-Geral da União

EDITAL Nº 2 - PFN, DE 6 DE JANEIRO DE 2023

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

O CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, em razão de erro material, torna pública a inclusão das alíneas "g" nos subitens 2.1 e 10.5 do Edital nº 1 - PFN, de 26 de dezembro de 2022, bem como a retificação de objetos de avaliação constantes do subitem 17.2.1 do referido edital, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens.

[...]

2 DO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

[...]

2.1 Conforme disposto no art. 27 da Resolução CSAGU/AGU nº 1/2002, e suas alterações, serão considerados prática forense:

[...]

g) o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, como servidor do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas.

[...]

10.5 A comprovação de, no mínimo, dois anos de prática forense deverá ser efetuada da seguinte forma:

[...]

g) para a comprovação do exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, como servidor do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas: cópia do respectivo ato de nomeação e certidões/declarações fornecidas pelo órgão ou entidade competente, que atestem, sob as penas da lei, o tempo de exercício e a descrição pormenorizada de tais atividades.

[...]

17.2 CONHECIMENTOS

17.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

[...]

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. Garantismo penal. [...] 18. Crimes de preconceito. 19. Princípios gerais do direito processual penal. 20 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 21. Sujeitos da relação processual. 22. Inquérito policial. 23. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 24. Ação penal pública. Titularidade, condições de procedibilidade. 25. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. 26. Ação penal privada. Titularidade. 27. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. 28. Ação civil. 29. Jurisdição. 30. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência. 31. Justiça penal negociada (colaboração premiada e acordo de não persecução penal).

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

[...] 17. Ação rescisória no processo do trabalho. 18 Combate à exploração do trabalho na infância e juventude. Combate ao trabalho em condições análogas às de escravo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

[...] 5. Constituição de 1988. Preâmbulo. Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias fundamentais. Direitos fundamentais: concepções, características, dimensões, eficácia, limites. Igualdade de gênero, étnica e racial. Diversidade. Liberdades constitucionais. Direitos Sociais. Princípio da proibição do retrocesso. 6. Constituição de 1988. Da Organização do Estado. Princípio da laicidade. Da Organização dos Poderes. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Divisão de poderes: conceito; objetivos; evolução histórica; mecanismos de freios e contrapesos. Ativismo judicial em matéria tributária. Regime de pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal (CF, art. 100 e Resolução nº 303/2019, do CNJ). [...] 10. Constituição de 1988. Das Disposições Constitucionais Gerais. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Direito constitucional intertemporal. Teoria da recepção. Da Ordem Social. 11 Direitos e interesses das populações indígenas. Direitos das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

[...] 44. Novas tecnologias no Direito Administrativo: blockchain, smart contracts e criptoativos. Sandbox regulatório (Lei Complementar 182/21). 45 Ciclo de políticas públicas: formulação, execução, monitoramento e avaliação. Instrumentos de implementação: transferências obrigatórias, transferências voluntárias e parcerias com a sociedade civil da Lei nº 13.019/2014.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

[...] 7. Plano de ação da OCDE para o combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros. 8 Proteção internacional dos direitos humanos: história e evolução do regime internacional de proteção dos direitos humanos. 9 A teoria das "gerações" de direitos. 10. Direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. 11 Declaração Universal dos Direitos Humanos. 12 Os Pactos Internacionais da ONU de 1966. 13 Hierarquia dos tratados de direitos humanos no Direito Brasileiro. 14 Sistemas de monitoramento multilateral de violação de direitos humanos: relatórios periódicos, comunicações interestatais, petições individuais e investigações motu proprio. 15 Procedimentos especiais no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. 16 Sistema interamericano de direitos humanos. 17 A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. 18 Comissão Interamericana de Direitos Humanos: origem, composição e competências. 19 Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição e competências. 20 Exequibilidade doméstica das decisões da Corte. 21 Direito à democracia e obrigação de sua promoção. 22 Direito à autodeterminação dos povos. 23 Povos indígenas e comunidades tradicionais em face do Direito Internacional.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União